

PPAG 2016-2019 **EXERCÍCIO 2017**

Boletim de Monitoramento – PLE 95/2016

Programa 46 – Regularização Fundiária e Acesso à Terra

Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico
Agropecuária e Desenvolvimento Agrário



**ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA**
DE MINAS GERAIS

BOLETIM DE MONITORAMENTO – PLE Nº 95/2016

Programa 46 – Regularização Fundiária e Acesso à Terra

Proponentes

Jesus Rosário Araújo (Federação das Comunidades Quilombolas de MG – N'Golo – Contagem) / Afonso Corrêa Diana (Federação dos Trab. na Agricultura de M. Gerais – Fetaemg – Belo Horizonte) / Ivanete Macedo de Freitas (Escola Família Agrícola Puris de Araponga – Araponga) / Ernandes da Silva Gomes (Federação dos Trab. na Agricultura de M. Gerais – Fetaemg – Belo Horizonte) / Alcía Alves Cardoso (Federação dos Trab. na Agricultura de M. Gerais – Fetaemg (Belo Horizonte) / Sônia Maria de Souza Prata (Federação dos Trab. na Agricultura de M. Gerais – Fetaemg – Belo Horizonte) / Gildete Martins Saldanha (Instituição não informada) / Guilherme Otávio Diniz (Instituição não informada) / Cleide Aparecida Nepomuceno (Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais – DPMG – Belo Horizonte) / Helen Cristina Patrício de Novais (Ponto Livre Gestão de Empreendimentos Criativos – Belo Horizonte) / Renato Paranhos dos Santos (Associação Comunitária Amigos da Cultura – Salto da Divisa).

Fonte: MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Tramitação de projetos. /n: _____. **Assembleia de Minas**: Poder e voz do Cidadão. (Portal.) Disponível em: <http://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/tramitacao_projetos/texto.html?a=2016&n=95&t=PLE>. Acesso em: 12 jan. 2017.

Sugestões de intervenção

A PLE nº 95 sugeriu as seguintes alterações no Programa 46 – Regularização Fundiária e Acesso à Terra:

- Alterar finalidade da Ação 4107 – Discriminação, desapropriação, arrecadação de terras e gestão dos arrendamentos –, de modo a especificar a forma de arrecadação das terras, ampliando-se também suas metas financeiras.
- Aumentar meta financeira da Ação 4109 – Mediação de conflitos agrários rurais coletivos – para R\$ 100.000,00, viabilizando o fornecimento de cestas básicas, lanches e transporte para os agricultores envolvidos em conflitos e em situação de vulnerabilidade social.
- Recomendar ao Secretário de Desenvolvimento Agrário a desburocratização do processo de acesso ao crédito fundiário.
- Recomendar ao governo do Estado a melhoria da estruturação da Seda, em especial da Diretoria de Mediação de Conflitos Agrários, por meio do aumento do efetivo de servidores nesses órgãos.
- Alterar a Ação 4549 – Regularização fundiária urbana plena – com a inclusão do território Metropolitano entre as regiões com previsão de atuação e elevação das metas física e financeira para, respectivamente 2.000 imóveis e R\$3.000.000,00, ao ano.

Fonte: MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Tramitação de projetos. /n: _____. **Assembleia de Minas**: Poder e voz do Cidadão. (Portal.) Disponível em: <[http://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/tramitacao_documento.html?a=2016&n=95&tipoProjeto=PROPOSTA%20DE%20A%20C%87%20C%830%20LEGISLATIVA&s=PLE&link=%2Fproposicoes%2Fpesquisa%2Favancada%3Fexpr%3D%28PLE20160009503585\[codij\]%29\[txmt\]%26pesqProp%3D](http://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/tramitacao_documento.html?a=2016&n=95&tipoProjeto=PROPOSTA%20DE%20A%20C%87%20C%830%20LEGISLATIVA&s=PLE&link=%2Fproposicoes%2Fpesquisa%2Favancada%3Fexpr%3D%28PLE20160009503585[codij]%29[txmt]%26pesqProp%3D)>. Acesso em: 12 jan. 2017.

Resultados – Apreciação das sugestões de intervenção

Após análise pela Comissão de Participação Popular, pela Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária e pelo Plenário da ALMG, as sugestões foram ACOLHIDAS na forma de:

- Emendas ao PPAG e à LOA:
 - Ação 4549 – REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA PLENA. Inclusão do território Metropolitano, com metas física de 225 imóveis destinados e financeira de R\$337.900,00 em 2017, especificando-se como objeto do gasto a “Regularização Fundiária Urbana de Terrenos Ocupados de Propriedade do Estado de Minas Gerais, na Região Metropolitana”.
- Emenda à LOA:
 - Ação 4109 - MEDIAÇÃO DE CONFLITOS AGRÁRIOS RURAIS COLETIVOS. Acréscimo de R\$80.000,00
- Requerimento:
 - encaminha pedido de providências à Casa Civil da Presidência da República para a desburocratização do processo de acesso ao crédito fundiário.
 - encaminha pedido de providências à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário – Seda – para a desburocratização do processo de acesso ao crédito fundiário.
 - encaminha pedido de providências ao governador do Estado para a melhoria da estrutura da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário – Seda –, em especial da Superintendência de Ação Discriminatória e Arrecadação de Terras, por meio do aumento do efetivo de servidores nesses órgãos.
 - encaminha pedido de providências à Secretaria de Desenvolvimento Agrário – Seda – para que, em processos de mediação de conflitos fundiários, seja dada especial atenção ao fornecimento, quando necessário, de cestas básicas e lonas para os envolvidos e seja viabilizado transporte.

Fonte: MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Tramitação de projetos. *In*: _____. Assembleia de Minas: Poder e voz do Cidadão. (Portal.) Disponível em: <[http://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/tramitacao_projetos/documento.html?a=2016&n=95&tipoProjeto=PROPOSTA%20DE%20A%C3%87%C3%83O%20LEGISLATIVA&s=PLE&link=%2Fproposicoes%2Fpesquisa%2Favancada%3Fexpr%3D%28PLE20160009503585\[codij\]%29\[txmt\]%26pesqProp%3D](http://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/tramitacao_projetos/documento.html?a=2016&n=95&tipoProjeto=PROPOSTA%20DE%20A%C3%87%C3%83O%20LEGISLATIVA&s=PLE&link=%2Fproposicoes%2Fpesquisa%2Favancada%3Fexpr%3D%28PLE20160009503585[codij]%29[txmt]%26pesqProp%3D)>.

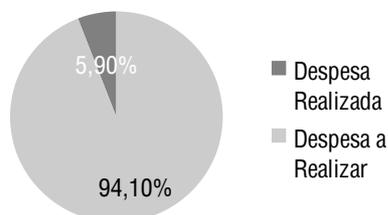
Acesso em: 12 jan. 2017.

MONITORAMENTO DOS DESDOBRAMENTOS – PLE Nº 95/2016

Visão geral da execução financeira do Programa 46 e das ações que foram objeto de emenda por sugestão popular – jan/2017 a ago/2017.

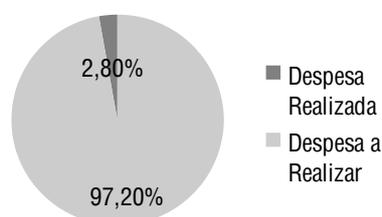
Os dados abaixo são preliminares, sujeitos a correção. A despesa a realizar considera o crédito autorizado.

PROGRAMA 046



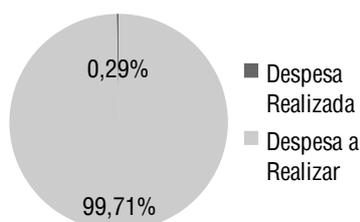
Despesa Realizada	R\$ 477.545,81
Despesa a Realizar	R\$ 7.610.489,76

AÇÃO 4549



Despesa Realizada	R\$ 31.396,40
Despesa a Realizar	R\$ 1.088.603,60

AÇÃO 4109



Despesa Realizada	R\$ 5.234,50
Despesa a Realizar	R\$ 1.794.765,50

Fonte: MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Site Políticas Públicas ao seu Alcance. In: _____. **Portal da Assembleia**. Belo Horizonte, 2017. Disponível em: <<http://politicaspUBLICAS.almg.gov.br/>>. Acesso em: 11. out. 2017.

Visão geral da execução financeira da ação monitorada – jan/2017 a ago/2017

AÇÃO: 4549 – REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA PLENA

FINALIDADE: PROMOVER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA EM CONSONÂNCIA COM O PRINCÍPIO DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA DE ESTADO DE CIDADES E DE INTEGRAÇÃO REGIONAL

Execução Financeira – Ação				Execução Financeira – Emenda			
Crédito Inicial	Crédito Autorizado	Despesa Realizada	% Despesa/ Crédito autorizado	Crédito Inicial	Crédito Autorizado	Despesa Realizada	% Despesa/ Crédito autorizado
1.000.000,00	1.120.000,00	31.396,40	2,80	337.900,00	337.900,00	0,00	0,00

Visão geral da execução financeira da ação monitorada – jan/2017 a ago/2017

AÇÃO: 4109 – MEDIAÇÃO DE CONFLITOS AGRÁRIOS RURAIS COLETIVOS

FINALIDADE: PROMOVER A CIDADANIA, A GARANTIA DE DIREITOS SOCIAIS E UM AMBIENTE PACÍFICO NO CAMPO.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

Execução Financeira – Ação				Execução Financeira – Emenda			
Crédito Inicial	Crédito Autorizado	Despesa Realizada	% Despesa/ Crédito autorizado	Crédito Inicial	Crédito Autorizado	Despesa Realizada	% Despesa/ Crédito autorizado
100.000,00	1.800.000,00	5.234,50	0,24	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00

Fonte (1): MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Site Políticas Públicas ao seu Alcance. In: _____. **Portal da Assembleia**. Belo Horizonte, 2017. Disponível em: <<http://politicaspUBLICAS.almg.gov.br/>>. Acesso em: 11. out. 2017.

Fonte (2): ARMAZÉNS de Informações da Administração Pública do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, Prodemge, 2017. Disponível em: <<http://www.armazem.mg.gov.br>>. Acesso em: 11. out. 2017.

Respostas aos requerimentos encaminhados

Nº PLE	Nº RQN	Conteúdo dos requerimentos	Houve resposta até 15/10?	Síntese da resposta
95	6.039	À Casa Civil da Presidência da República encaminha pedido de providências para a desburocratização do processo de acesso ao crédito fundiário.	Não	
95	6.040	À Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário encaminha pedido de providências para a desburocratização do processo de acesso ao crédito fundiário.	Sim	A Seda informa que desde outubro de 2016 a competência da gestão do Programa Nacional de Crédito Fundiário foi avocada pela União, passando a ser realizada pela Delegacia Federal de Desenvolvimento Agrário no Estado de Minas Gerais – DFDA-MG. A Secretaria sugere, assim, que a DFDA-MG seja provocada a respeito da desburocratização do acesso ao crédito.
95	6.041	Ao governador do Estado encaminha pedido de providências para a melhoria da estrutura da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário – Seda –, em especial da Superintendência de Ação Discriminatória e Arrecadação de Terras, por meio do aumento do efetivo de servidores nesses órgãos.	Sim	A Seda informa que a Superintendência de Ação Discriminatória e Arrecadação de Terras teve seu quadro de servidores ampliado com a incorporação dos servidores da extinta Fundação Rural Mineira. Ressalta que a mudança no quadro de servidores contribui para perspectivas positivas, mas ainda se encontra distante do cenário ideal de composição da equipe e de orçamento. Em documento anexo, apresenta as atividades desenvolvidas pela superintendência em 2016.

Respostas aos requerimentos encaminhados

Nº PLE	Nº RQN	Conteúdo dos requerimentos	Houve resposta até 15/10?	Síntese da resposta
95	6.087	À Secretaria de Desenvolvimento Agrário pedido de providências para que, em processos de mediação de conflitos fundiários, seja dada especial atenção ao fornecimento, quando necessário, de cestas básicas e lonas para os envolvidos, e a eles seja viabilizado transporte.	Não	

Fonte: MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Tramitação de projetos. //: _____. **Assembleia de Minas: Poder e voz do Cidadão.** (Portal.) Disponível em: <http://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/tramitacao_projetos/index.html>. Acesso em: 15 out. 2017.

Nota: Nos termos da Constituição do Estado, a autoridade estadual que, em resposta a pedido escrito de informação encaminhado pela Assembleia Legislativa, se recusar a responder, não atender no prazo de 30 dias ou prestar falsa informação, pode ser responsabilizada. Cumpre observar que os pedidos de providência possuem natureza distinta dos de informação. Eles podem ser encaminhados a autoridade de outras esferas federativas e, até por isso, não há previsão legal da obrigação de que sejam respondidos.

Acesse o site [Políticas Públicas ao Seu Alcance](#) para saber mais sobre a política pública de [Política Fundiária](#) e monitorar sua execução ao longo do ano.